

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 8 de outubro de 2024 - Ata n.º 82.

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Cloara Pinheiro** (na função de 1.^a Secretária) e **Tercílio Turini** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **82.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária de Prestação de Contas com o nosso Secretário Norberto Ortigara. Neste momento, convido o Deputado Tercilio Turini para que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini - MDB): (Procedeu à leitura da Ata da 81.^a Sessão Ordinária, de 7 de outubro de 2024.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a nossa 1.^a Secretária se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não há Expediente a ser lido. Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de

2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, o art. 9.º, § 4.º, **declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do 2.º Quadrimestre de 2024 da Secretaria de Estado da Fazenda.** Passo a palavra neste momento ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Fazenda Norberto Ortigara, que terá 30 minutos para a apresentação, mais 15 minutos de prorrogação, só podendo ser aparteado durante a prorrogação de 15 minutos. Ainda registro a presença aqui na Casa, além do Secretário, do Sr. Luiz Paulo Budal Pedroso, Diretor-Geral; da Sr.^a Suzane Gambetta Dobjenski, Diretora da Receita Estadual; da Sr.^a Gisele de Carvalho Carloto Rodrigues, Diretora de Contabilidade Geral do Estado; do Sr. Marcos Tadeu Cavalcante da Silva, Diretor de Orçamento Estadual; do Sr. Emanuel Cavalari, assessor de gabinete da Sefa; da Sr.^a Carin Caroline Deda, assessora do Tesouro do Estado; do Sr. Luiz Geraldo Mazza Neto e Durval Ramos Junior, da assessoria de imprensa; do Sr. Marcelo Vilela de Carvalho Costa, Secretário Executivo da Comissão de Orçamento da Alep; e demais assessores da Secretaria de Estado da Fazenda. Ainda registro a presença dos acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Estácio, acompanhados pela Prof.^a Camila Jaroszewski. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Na sequência, solicito aos Sr.^s Deputados que queiram fazer perguntas que venham até à Mesa fazer a inscrição. Neste momento, concedo a palavra ao Secretário da Fazenda, Norberto Ortigara.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito boa tarde, Sr. Presidente Ademar Traiano, Deputados da Mesa, nosso Líder do Governo Hussein Bakri, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados e Deputadas. Com muito respeito e no cumprimento do dever, mas também na visão da transparência, eu e minha equipe estamos aqui, como disse o senhor, para conversarmos e apresentarmos os resultados receita e despesa do Estado do Paraná referente aos oito primeiros meses de 2024 comparativamente a qualquer posição, mas especialmente ao mesmo período de 2023. Antes disso, é sempre prudente e adequado pensarmos juntos a conjuntura econômica que estamos vivendo, o cenário que vivemos, para logo na sequência dedicarmos um tempo maior para apresentação de fato da receita e despesa, os registros que nós fazemos. Aliás, fazer um registro aqui: o Paraná

continua nota “A” em transparência contábil junto ao Tesouro Nacional. Demonstra de fato um aprimoramento contínuo do serviço e é dessa forma que estamos caminhando na Receita Estadual, no orçamento do Estado do Paraná, apertando o passo, ou seja, chegando junto com os órgãos que executam, para que aquilo que seja disponibilizado na prática vire ação, vire obra, vire resultado, e também lá na boa gestão da dívida pública, a boa gestão da arrecadação e fluxo adequado de pagamentos. O Brasil começou o ano com perspectiva de crescimento pífio – falei aqui quando apresentamos o primeiro quadrimestre –, deu uma guinada, setores importantes da nossa economia reagiram fortemente e houve praticamente, segundo os dados do Banco Central, da Focus e outras fontes, praticamente dobrando a perspectiva de crescimento para 2024, saindo de um crescimento muito baixo, 1,5% na perspectiva, para crescimento aí provavelmente em torno de 3% ou até acima disso, dado o ritmo aí de evolução de alguns setores. É o que mostra, por exemplo, esse gráfico que está projetado para os senhores e para as senhoras, mostrando que de fato o Brasil continua crescendo. E o Paraná que cresceu o ano passado o dobro do Brasil em termos de divulgação pelo IBGE, 5,8 contra 2,9% no seu Produto Interno Bruto, ele continua nesse ritmo, em que pese quebra de safra importante e relevante, e os senhores e as senhoras nas suas bases acompanharam isso – perda de soja, perda de milho, perda de trigo, perda de feijão, etc –, e estamos aí com uma perspectiva de crescimento ainda maior que a do Brasil. Portanto, bem provável que possamos fechar este ano com crescimento acima de 3%. Os dados divulgados até o mês de junho obviamente, um pouco com retardo, mas hoje mesmo a notícia de que a indústria paranaense cresceu até o mês de agosto 5,3%, um dos maiores crescimentos do Brasil, mostrando de fato uma retomada da atividade econômica em bases mais fortes, Sr. Presidente. Esse quadro que está na tela mostra exatamente os efeitos muito ruins do clima especialmente seco sobre a nossa produção, e fechamos a safra 24 com 17% a menos de produção de grãos no Estado do Paraná. O Brasil também perdeu. O Brasil perdeu mais de 21 milhões de toneladas de grãos no ano agrícola 23/24. Obviamente que a vida se renova e estamos nesse processo de instalação da

safrade primavera, tanto aqui quanto em regiões relevantes do Brasil, torcendo para que tenhamos um clima mais camarada, embora a presença de La Niña. La Niña é menos chuva para nós aqui no Sul e mais chuva para o Norte e Nordeste, e isso pode trazer algum estresse, mas está com um ritmo bom. Estamos com semeadura de soja, por exemplo, Romanelli, no mesmo ritmo de 2018. Então, fazia aí cinco anos que não tínhamos essa agilidade, embora tenhamos largado um pouquinho mais com o retardo. O efeito da perda da safra impacta o nosso Produto Interno Bruto. Não fosse isso, provavelmente poderíamos crescer este ano descolado do Brasil de novo, mas continuamos fortes na atividade da produção de proteína animal, continuamos fortes na atividade de produção de madeira. Até o nosso leite, Deputada Rafagnin, que andou de lado em 2022 e 2023, teve uma pequena recuperação de ânimo agora nos meses mais presentes. Não está fácil para ninguém, mostra que tivemos um impacto negativo sobre a safra, mas continuamos evoluindo na forma de produzir e processar de forma crescente a nossa produção. Esse gráfico é apenas um gráfico comparativo. Tem gente que gosta de falar que se o Paraná fosse um País ele teria crescido muito acima de outros Estados, não é ufanismo, mostra apenas a aferição quando se compara com outros Países ou Estados relevantes. O gráfico à direita mostra o nosso posicionamento quanto ao índice da atividade econômica que é divulgado pelo Banco Central. Comparando os nossos Estados do Cosud, que são o Sul e o Sudeste, tivemos um crescimento de 6,3% no trimestre encerrado em julho. É o último dado divulgado, que mostra de fato consolidando um crescimento consistente. No comércio exterior, exatamente por força de termos perdido produção tivemos uma redução do volume total, mas mesmo assim compensando a perda com a Argentina tivemos outros países que são relevantes, especialmente a China, que é o nosso principal destino da produção, especialmente de commodities do Estado do Paraná. Houve um aumento também de importações, especialmente na questão de fertilizantes, algumas moléculas químicas adicionais, importação de automóvel elétrico e assim por diante. É exatamente esse quadro que mostra o que nós... Soja estamos vendendo mais até agosto do que vendeu no passado; carnes

vendendo um pouco menos. Perdeu valor, mas ganhou volume, ou seja, houve uma pequena desvalorização, de tal forma que houve uma redução de US\$ 1 bilhão quando se compara com 2023, embora tenhamos mandado mais volume. E as importações houve um crescimento de 4,2%. O nosso saldo, portanto, negativo, mas recuperamos até o final deste ano. Mercado de trabalho no Brasil aquecido, mercado do Paraná superaquecido. Isso mostra que temos um nível de desocupação recente no Brasil, o último dado 6,6, o último dado do Paraná 4,4 de desocupação. Isso força um pouco, Presidente, para que tenhamos que roubar empregados de uma empresa da outra ou pagar mais para obter mão de obra mais qualificada. É um ponto importante da nossa vida econômica. Passamos por desemprego alto lá em 2013 e 2014, na pandemia também, mas mostra que houve uma recuperação fantástica no nível de emprego e a nossa taxa de desocupação é das menores do Brasil. Perdemos para Estado que tem pouca densidade populacional, como Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Mato Grosso. Santa Catarina sempre teve uma taxa histórica mais baixa, mas estamos bem posicionados. Exatamente esse gráfico mostra que o Paraná tem o segundo maior contingente de empregados com carteira assinada do País no setor privado, ou seja, temos aí 82% de emprego, ou seja, lendo de outra forma, 18% de informais, acima da média nacional e acima de Estados relevantes. Esse outro gráfico mostra exatamente a nossa taxa de desemprego, desocupação, 4,4, 6,9 do Brasil. É um dado até o período de referência, mas o dado mais recente já abaixou para 6,6, mostrando que também quando nos comparamos aos países importantes temos uma taxa de desemprego menor. Enfim, estamos, em que pese dificuldades climáticas fortes. Aliás, o dado preliminar que temos, Sr. Líder Hussein, é que, tão logo o IBGE divulgue, deve mostrar que em 2023 nos consolidamos como a quarta economia do Brasil, porque quando comparamos os dados do Iparides do Paraná com os dados do departamento Gaúcho, que faz a mesma contabilidade, superamos cerca de R\$ 25, R\$ 26 bilhões o Produto Interno Bruto gaúcho. Isso de alguma forma contribui para que tenhamos uma atividade econômica bastante consistente no nosso Estado. Passada essa fase aqui de um contexto mais de cenário econômico, vamos demonstrar aos

senhores e senhoras agora, então, os resultados fiscais na posição de 31 de agosto de 2024, e para isso me valho aqui também da experiência e do domínio do meu Diretor-Geral, Luiz Budal.

SR. LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO: Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa, Presidente, demais Deputados e Deputadas aqui presentes. Quero saudar, especialmente, a equipe da Secretaria da Fazenda, as galerias aqui também, o pessoal que acompanha esta prestação de contas. Estamos trazendo, Secretário, um cenário bastante positivo do Estado do Paraná, da parte fiscal. Então, começando pelas receitas correntes tivemos um crescimento real na casa de 9,9%, onde o ICMS é o grande destaque, crescendo do ponto de vista real 15%. É realmente um crescimento interessante. Vamos mostrar mais para a frente quais os setores que se destacaram. As receitas de capital tiveram, em relação ao ano anterior, uma diferença bastante grande em relação à alienação da Copel, que gerou 3,2 bilhões para o caixa do Estado. Aqui o ICMS, o crescimento por setor. Então, temos no setor de combustíveis uma variação real acumulada em bilhões. Combustível em primeiro lugar, é o que mais cresceu em variação absoluta, a energia também um crescimento bastante expressivo, o setor automotivo, eletroeletrônicos. Combustíveis só tem um registro que tivemos uma base, até ainda afetada pela Lei n.º 194, de janeiro a abril de 2023, então interferiu em 2023, teve um efeito muito ruim. Então, o crescimento agora em 2024 é bastante robusto.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Só para fixar. O lado da receita, crescimento real dos tributos como um todo de 13,6%. O crescimento do ICMS, principal tributo 15% real. Crescimento do imposto de renda retido 18,7%. E o próprio Fundo de Participação do Estado no bolo nacional um crescimento de 10,27%. Ou seja, todas as receitas, exceto receita de capital, e aqui o Luiz explicou. No ano passado ingressou lá um bom dinheiro da venda ativo Copel, este ano não entrou. Então, a base de comparação mostra percentualmente uma grande redução, porque foi um evento único vender uma parte importante da nossa companhia de energia.

SR. LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO: Aqui a parte das despesas. Agora partindo para o lado de quanto o Estado gastou. As despesas pegando por espécie, a despesa de pessoal cresceu real 2,6%. Aqui cabe o registro que não está contabilizado a apropriação do 13.º, são 736 milhões. Então, o efeito será demonstrado mais à frente, que isso afeta o índice. As despesas correntes, o ODC do Estado tem um crescimento real expressivo na casa dos 17,05%. A despesa de capital um crescimento de 21% real. Destaque especial para a espécie investimentos, que cresceu 74% de forma real no exercício de 2024. Aqui as despesas correntes por função. A função saúde é o que mais teve crescimento, variação absoluta, 937 milhões. Transportes uma variação positiva, já representando o novo programa do DER de manutenção de rodovias, registrando aqui um crescimento de 732 milhões em relação ao exercício anterior. Educação e encargos especiais, basicamente aqui a dívida do Estado. O ODC por elemento da despesa: outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, um crescimento de 770 milhões; contribuições; sentenças judiciais, 282 milhões; e locação de mão-de-obra 259 milhões. Aqui trouxemos um registro histórico do crescimento do ODC do Estado dos últimos dois anos, demonstrando que o Estado teve, de forma sucessiva, crescimento de despesas correntes. Isso iniciou lá em 2022, crescimento de 16%, ficou na casa próximo de 15; um crescimento bastante acentuado em 2023, 43%, no primeiro quadrimestre; no segundo quadrimestre 15, no terceiro quadrimestre 7. Agora, em 2024, 30%. Cabe o destaque aqui do Decreto 5.919/2024, que limitou o crescimento das despesas correntes a 80% do crescimento da arrecadação do Estado, ou seja, o Decreto foi no final de maio editado, foi regulamentado somente dia 10 de julho e já passou a fazer efeito nas contas do Estado, registrando um crescimento de apenas 2,6% agora no segundo quadrimestre de 2024. Ou seja, o Estado tem conseguido. Isso é uma demonstração clara que o Decreto 5.919 tem conseguido de certa forma controlar o crescimento das despesas correntes do Estado no exercício de 2024. Ao que foi um pedido do Governador para que, realmente, conseguíssemos frear um pouco o crescimento da ODC, gerando espaço, obviamente, para mais investimento no Estado do Paraná. Aqui já entramos em investimentos. Em relação ao exercício

anterior, também crescimentos bastante elevados no setor urbanismo, que aqui pega o *Asfalto Novo, Vida Nova*, um crescimento real de 230%; o setor de transporte basicamente são as obras de infraestrutura, as grandes obras que o Estado tem feito, como a Ponte de Guaratuba, a revitalização da orla de Matinhos, um crescimento de mais de 50% real, 53%; a saúde 74%; e um destaque especial para o setor agricultura crescendo 334% em relação ao exercício anterior. Ou seja, o efeito total é um crescimento de 75% real nos investimentos do Estado do Paraná. Aqui só para os Sr.^s Deputados terem noção, estamos falando do maior patamar de investimento da história do Paraná. Desde quando os relatórios da RF são publicados, que foi a partir do ano 2000, o Estado do Paraná R\$ 4,4 bilhões empenhados nos primeiros oito meses do exercício de 2024, ou seja, um resultado que orgulha muito toda a equipe da Secretaria da Fazenda. É um esforço que é feito conjunto com as Secretarias para alcançarmos esses resultados. Aqui só para trazer o registro: os investimentos empenhados. O Paraná é o terceiro colocado, só perde para o Estado de São Paulo e para o Estado da Bahia. Então, na variação absoluta somos o terceiro investimento absoluto. E quando você pega a variação do que os Estados investiram ano passado para o que investiram este ano, o Paraná foi o Estado que mais cresceu, dois bilhões, ou seja, só a variação de 2023 para 2024 do Estado do Paraná representa um investimento superior a três Estados do Brasil, ou seja, um resultado bastante expressivo. Aqui o resultado orçamentário do Estado, um resultado neutro praticamente entre receita realizada e despesa empenhada. Basicamente, em 2023 tivemos resultado positivo em decorrência da alienação da Copel. Então, o resultado hoje foi um resultado negativo de 144 milhões, lembrando que o resultado orçamentário representa as receitas arrecadadas menos toda a despesa empenhada, ou seja, isso não quer dizer que o Estado desembolsou financeiramente todo esse valor aqui empenhado. Restos a pagar uma pequena redução dos valores inscritos de janeiro a agosto em relação ao exercício anterior: 7,7 para 7,2. O Estado pagou quase 4 bilhões, 3,8, cancelou 527 e um saldo ainda a pagar de 2,8 bilhões. O resultado primário basicamente é a receita primária arrecadada menos a despesa primária, a despesa daí de fato

financeira. O resultado primário do Estado também uma melhora em relação ao exercício anterior: de 6,4 bilhões em 2023 passou para 7,2 bilhões. Um crescimento real na casa de 8% para o resultado primário, muito superior à meta, que a meta era uma meta neutra de menos 108 milhões. Resultado previdenciário do Estado do Paraná. Em 2024 tivemos uma queda da insuficiência financeira, um resultado muito positivo do Estado, que aqui quero fazer um registro e valorizar a ParanaPrevidência, que realmente tem feito um trabalho primoroso em recuperação de créditos do Comprev junto à União. Então, temos um estoque de Comprev. A dívida com a União com o nosso regime de proteção social é de 4,5 bilhões aproximadamente, e, em 2024, já conseguimos 300 milhões de recursos da União que ingressam nos nossos fundos previdenciários. Um resultado que é 540% superior ao que entrou no exercício anterior, e isso de certa forma, Sr.^s Deputados, também fica no caixa do Estado. É um dinheiro que o Estado deixa de aportar os fundos e acaba ficando no caixa do Estado, e melhora a nossa situação fiscal também.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: O Fundo Previdenciário criado por esta Assembleia, feita a reforma no tempo certo, com algum sacrifício por parte de todos, nos permite hoje ter financeiramente 10,4 bilhões em recursos aplicados, mesmo tendo pago mais de quase 10 bilhões de aposentadorias e pensões nos últimos cinco anos, rendendo bastante, graças a Deus, assumindo a sua função. Pouco a pouco vamos desembarcando do Fundo Financeiro e migrando para o Fundo Previdenciário, que é a forma maior e melhor. Isso aqui não é ufanismo. O maior e melhor regime próprio de previdência do Brasil é o do Estado do Paraná.

SR. LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO: Aqui o saldo da dívida. A dívida do Estado do Paraná, também na atual gestão, foi reduzida em decorrência da dívida do Banestado/Itaú, que foi um trabalho da Diretoria do Tesouro que conseguiu resolver essa dívida, reduziu nossa dívida absoluta. O Estado do Paraná só a dívida com a União, 12 bilhões, que temos de crédito do Comprev são 4 bilhões, o que demonstra uma solidez fiscal em relação à dívida do Estado do Paraná. Um dos Estados menos endividados do Brasil com certeza absoluta. Aqui a estimativa

da mudança da nota da Capag. De acordo com a metodologia que foi alterada recentemente pelo Tesouro Nacional, a expectativa é que o Estado confirme a nota “A”, que sai inclusive agora, no mês de outubro, o que facilita o Estado a pegar novos empréstimos e, também, ganhar selo “A” junto à União, não só junto à União, temos melhorado nossa classificação de risco junto a outras agências de avaliação. O Estado realmente tem sido protagonista quando se fala em equilíbrio fiscal em nível nacional. Cumprimento das regras fiscais. A dívida consolidada líquida do Estado também é negativa, ou seja, basicamente, hoje, o Estado, se você pegar o dinheiro, o saldo em caixa menos a dívida, toda a dívida consolidada, o Estado tem um valor negativo, isto é, ele tem menos dívida do que ele tem recurso em caixa. Esse valor é em torno de 7 bilhões e, percentualmente, 10,86%. Operações de crédito – o nosso limite do que dita a norma bem abaixo do valor que é permitido pela União; garantias concedidas – o Estado bastante baixo. Aqui os limites constitucionais. Primeiro o gasto com educação. O Estado gastou 31,29% em 2024, janeiro a agosto – ainda não fechamos o exercício. Uma pequena redução em relação ao exercício anterior, mas fica registrado um crescimento de 14,3% no valor absoluto em relação a 2023. Então, em 2023, 9,8, para 11,2 bilhões, agora, de janeiro a agosto de 2024. O gasto com saúde sempre foi e aqui posso falar, Presidente, porque estive como servidor durante três anos e meio, sempre foi algo muito apontado pelos deputados o gasto com saúde, o limite de saúde, que sempre, principalmente no primeiro quadrimestre e no segundo quadrimestre, abaixo do limite constitucional. Agora, em 2024, o Estado está acima do limite constitucional. Então, uma variação. Em 2023, 10,69, passou agora para 12,43, o que demonstra um esforço do Estado, da Secretaria da Fazenda e, daí, também a Diretoria do Orçamento, a liberar o orçamento para a saúde de forma antecipada. Cabe o registro do crescimento da atenção básica: de janeiro a agosto de 2023, 353 milhões aplicados; em 2024, 661 milhões; um crescimento de 87%, ou seja, um crescimento importante na atenção básica, não só em atenção básica, mas também em outras subfunções aqui no gasto com saúde.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Deputado Gugu, Deputada Márcia, estamos dedicando – falei ali fora, agora, para o jornalista – o tempo para planejar melhor o orçamento. Nada de sair correndo lá no último dia do ano para ter que cumprir índice. Então, estamos levando o índice acima do legalmente exigido mês a mês. Estamos exigindo também, obviamente, com todo o respeito a quem executa a saúde, que as coisas sejam bem planejadas. Não deixamos ninguém sem suporte um dia sequer. Apurado ali no mês que houve um excesso de arrecadação frente à LOA, apropriamos e destinamos especialmente à educação, à saúde, à ciência e à tecnologia, que são as três obrigações básicas que temos legalmente. Então, assim, o melhor planejamento é isso mesmo. É não ter que gastar de qualquer jeito ou aproveitar carona em ata de registro de preços, sei lá o quê, comprar eventualmente coisas que não precisamos, de tal forma que de fato o dinheiro é destinado para a ação saúde. É assim que queremos: levar até o fim do ano cumprindo integralmente o que manda a lei.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Quero aproveitar, Secretário Norberto Ortigara, e cumprimentá-lo, porque sou uma chata de acompanhar o orçamento da saúde. Realmente é a primeira vez que vemos, desde que acompanho 2023 e este ano, a saúde agora cumpriu os 12% antes do final do ano, que vínhamos cinco, seis, capengando oito. Então, cumprimentar a tua atuação e, especialmente, quero fazer um registro, já o fiz nas minhas redes sociais, já mandei mensagem para o nosso Governador Ratinho Júnior. Cumprimentá-lo, Secretário Ortigara, pela mudança no sistema tributário, na ST de medicamentos, que impacta a vida das pessoas. É uma redução significativa que o Governo fez, a partir de 1.º de outubro, e que eu vinha já conversando com o Governador, antes do senhor assumir a Secretaria, porque digo que algumas taxações o cidadão tem escolha, posso escolher comprar um sapato mais barato, uma roupa mais barata, mas o medicamento não há escolha, é uma prescrição e ele precisa daquele medicamento e não pode nem postergar tomar o remédio. Então, essa decisão acertada do Governador Ratinho, da sua pessoa frente à Secretaria da Fazenda. Os meus respeitos e o meu muito obrigado, que possamos avançar nessas pautas que impactam a vida das pessoas. Parabéns!

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputada Márcia. Na verdade, é assim, precisávamos evoluir para uma coisa mais real. Eu que sou mais velhinho, chego na farmácia, já tenho um plano de saúde, o cara chega assim: *“Oh, desconto de 90%”*. Alguma coisa está errada quando isso acontece. Então, implementamos, a partir do dia 1.º, o preço médio ponderado ao consumidor final e não mais o preço sugerido pela indústria ou pelo distribuidor. É claro que mantivemos intacta a tabela SUS do Ministério da Saúde e mantivemos intactos, isentos, 169 medicamentos, especialmente para doenças graves, moléstias graves e introduzimos. Leva um tempinho, porque as farmácias têm estoque, até acomodar. Então, a nossa expectativa é que haja uma redução pelo menos de 8 a 10% no preço final ao consumidor, apenas pela forma diferente de tributar os medicamentos.

SR. LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO: Registrar também o entrosamento da equipe da Sefa com a equipe da Secretaria de Saúde... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Som, aqui, por favor, para o orador.

SR. LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO: Bom, passando o limite da saúde, agora despesa com pessoal. Aqui foi feita a apropriação do 13.º, cabe o registro também. A despesa sai de um patamar, o limite de 39,48 em 2022, para 43,02 em 2023, e agora uma pequena queda, 42,17. Lembrando que muitas despesas foram incorporadas, agora, em 2024, como reajustes, 5,79%, que foi concedido pelo Governo no exercício anterior, além de diversas reestruturações que o Estado fez ao longo dos últimos anos. Senhores Deputados, esses seriam os dados, os números. Colocamo-nos à disposição, tanto eu, quanto o Secretário, para eventuais questionamentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, temos aqui o Deputado Professor Lemos para fazer a pergunta, inicialmente. O Deputado terá cinco minutos para formular o aparte, e o Secretário de Fazenda terá cinco minutos para responder e fazer suas considerações. A réplica e a

tréplica têm apenas três minutos improrrogáveis. Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Deputados e Deputadas. Boa tarde a todos e a todas que aqui comparecem nesta audiência pública e a todos que estão a distância acompanhando a audiência pública, com a presença do Secretário e da Secretaria da Fazenda, sobre o segundo quadrimestre de 2024. Os números que estão apresentados são bons, mas quero aqui questionar, Secretário. Em 2024 está previsto arrecadar na Lei Orçamentária 55,86 bilhões, mas arrecadamos no ano passado 59,57 bilhões. Então foi uma estimativa de redução de receita para 2024, de 3,7 bilhões, ou seja, de arrecadar 6% menos. Está arrecadando em torno de 14% a mais. O senhor concorda de que devemos fechar o ano em torno de 12% a mais do que arrecadamos no ano passado? Então, isto significa que o Estado vai arrecadar este ano 10,8 bilhões a mais do que previsto no orçamento, na lei que foi aprovada aqui no ano passado. Os servidores estão em mobilização, inclusive, hoje, recebi um documento aqui do SindSaúde e que reproduz as reivindicações dos servidores de um modo geral. Uma das reivindicações que é comum a todos os servidores do Poder Executivo é a reposição da inflação, já concedida este ano para os outros Poderes, exceto o Poder Executivo. Isso daria 2,4 bilhões no ano. Se tivermos um excesso de receita, vamos arrecadar 10 bilhões a mais, então daria para dar os 8,03% aos servidores e ainda sobraria 8 bilhões como excesso de arrecadação durante 2024. Deputado Romanelli, é para este ano. Também daria para ampliar aqui, Secretário, o auxílio-alimentação, incluindo os professores da educação básica, que são 55 mil professores. Aqui estou vendo as outras categorias que não estavam sendo incluídas, são 10 mil servidores a mais, o que é muito importante, somando dá 68 mil servidores que receberão o auxílio-alimentação, inclui aqui os professores do ensino superior, mas não inclui aqui os professores da educação básica, que são 55 mil. E aí eu vi uma reportagem que o Governo alegou que não está incluindo o Magistério, a educação básica, porque eles recebem uma gratificação, que é o GTE, que é uma gratificação, e é menor do que outras categorias recebem, todas as demais categorias aqui colocadas

também recebem gratificação pela função que desenvolvem. Então, queria propor aqui para o Estado rever essa decisão de não repor o salário dos servidores, repor a data-base incluindo os aposentados, com 2,4 bi, e também incluir os professores da educação básica, porque eles ganham o menor salário comparado com os demais servidores do Poder Executivo com a mesma jornada semanal de trabalho, com a mesma formação exigida para ingresso, que é ensino superior. E isso daria um valor mensal de 46 milhões... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Anual, Secretário, de 551 milhões. O auxílio-alimentação que é R\$ 200,00 a mais para os demais servidores. Os demais servidores receberão no ano 581 milhões, e incluiríamos também os professores de educação básica, o que seria muito justo. Então, por isso, diante dos dados, vendo que o Estado vai muito bem, obrigado, está arrecadando mais do que previsto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, Professor Lemos, conclua sua pergunta.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Já está perguntado. Queremos o sim do Secretário para avançarmos com os servidores e a educação básica também.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado pelas considerações, Deputado Professor Lemos. Nem tudo o que entra no caixa é nosso. Vamos começar por aí. Começamos a apartar e, obviamente, não se discute a transferência aos municípios, 25% do ICMS, 51% do IPVA, a nossa contribuição ao Fundeb, a nossa contribuição que é negativa – pagamos mais do que recebemos –, a nossa destinação obrigatória é aos Poderes, conforme 18,7 do valor base de cálculo da receita líquida. Então, nem tudo é nosso. O senhor não deixa de ter razão quando reclama de eventual corrosão, mas quero falar aqui que refizemos pelo menos 11 ou 12 carreiras entre 22 e começo de 24. Este Parlamento apreciou, aprovou leis que mudaram, com expressivos ganhos reais

para quem está no começo da tabela. Eu que sou mais velhinho, estava no fundo de aposentado, peguei um pouquinho só, uma beiradinha só, mas, assim, o Estado fez esse movimento importante. Assim como ingressou nesta Casa ontem a extensão de um benefício chamado auxílio-alimentação para um conjunto maior de servidores que não tinham, e ainda afirmo, aqui, Sr. Presidente, Sr. Líder, que vamos ainda corrigir um erro que foi cometido, porque não pegou o antigo pessoal da Mineropar, o antigo pessoal da Codapar, o antigo pessoal da Emater, e assim outras que está sendo trabalhado, agora à tarde, para eventualmente até amanhã alcançar à Presidência aqui uma...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Os empregados públicos? É isso? Os que são antigos celetistas, empregados públicos? Isso?

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Isso.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Até apresentei uma Emenda hoje sobre esse tema.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Não, tentamos corrigir por essa via também, Deputado Romanelli, mas o Governo deve mandar um Substitutivo informando o impacto total disso, e é um benefício que se estende a todos. Além disso, na última sessão de prestação de contas do primeiro quadrimestre, informamos que tramita nesta Casa um robusto projeto que corrige as forças policiais, especialmente a nossa PM, que tem um impacto bilionário. Então, assim, começa a ficar estreito o limite aqui que apresentamos de gastos. O Governador autorizou, depois de muito tempo, depois de uma perda de quase 10 mil ativos no Estado, a reposição de mil profissionais do quadro próprio do Poder Executivo que está em curso. Todas as Secretarias terão lá 10, 15, 20, depende o tamanho, servidores novos para refazer, para ter servidores concursados, para que tenhamos essa capacidade do Estado para frente. Além disso, temos autorização para transformação. Vamos convocar 1.100 professores em concurso público, o senhor sabe disso, substituindo PSS, no jogo de troca de 40 para 20 horas. Então, vamos chamar 1.100, assim como estamos reforçando o chamamento de profissionais para os serviços meios da educação. Temos a necessidade de

refazer também Agente Fazendário, Delegado de Polícia de novo, Auditor Fiscal do Estado do Paraná, e assim por diante, porque estamos no limite de ter carreiras. Brincamos, carinhosamente, *no bico do corvo*, ou seja, muita gente já em abono permanência, ou seja, em vias de se aposentar. Então, todas essas são pressões em cima de gasto com pessoal e gasto continuado. Eu vou dizer para os senhores e as senhoras aqui, pelas minhas mãos, embora *doendo no couro e no bolso*, e compreendemos a situação dos servidores, pela minha mão o Estado não vai para o buraco. Então, estamos levando em uma gestão absolutamente séria cada centavo, absolutamente conservadora, conservadora, assim como fizemos quando encaminhamos no último dia 30, Presidente, o Projeto de Lei Orçamentária para 2025, uma visão bastante conservadora. É claro que quando mandamos o orçamento para 2024 tínhamos um cenário de crescimento baixo no País, no Paraná 1,5, e isso se mostrou diferente. Sim, o crescimento está mais robusto; e tem setores muito dinâmicos que estão pagando, sim, mais impostos. No entanto, vamos levar algo ao Governo, ao conjunto do Governo, ao conjunto de assessores do Governo, essa preocupação com essas categorias, Magistério e outras que não foram incluídas, inclusas neste momento, especialmente no PL aqui que trata de Magistério, que trata do auxílio-alimentação.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Secretário, na sequência, vou entregar a V.Ex.^a um documento mostrando já os dados sobre os professores da educação básica, que são os únicos que estão ficando de fora – estavam ficando outros, mas V.Ex.^a já citou aí que serão incluídos –, para incluir os professores da educação básica, porque de fato recebem o menor salário quando comparado com a jornada de trabalho semanal, que é igual aos demais servidores, e quando comparado com o grau de formação que é exigido para exercer a função de professor. Então, vou fazer a entrega na sequência, e pedir para V.Ex.^a dialogar com o Governador. Sei que ele escuta V.Ex.^a e vai dar o aval para que os nossos professores, são 55 mil professores, também possam receber, assim como os demais servidores, o auxílio-alimentação de R\$ 834,00. Também...

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Isso dá uns 500, 600 milhões/ano?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Dá 551 em um ano, mas é no ano. No entanto, se temos uma arrecadação de 10,86 bilhões a mais do que a prevista, então tem gordura, tem espaço para acolher essa demanda, que é importante e é justa. E aí tem também a tabela dos servidores Agente 1, que já dialogamos e me disseram que já está na Casa Civil, que deve chegar aqui para corrigir a tabela salarial de quem ganha menos. E no caso do Magistério temos os funcionários de escolas Agente Educacional 2, que também precisa corrigir a tabela deles, tanto o 1 quanto o 2. O 1 se soma aos demais, que são os chamados Agente de Apoio; e o Agente 2 é o de execução, que, no nosso caso da educação, ficaram com uma tabela salarial menor e precisava ser corrigido. Então, fica aqui este apelo a V.Ex.^a e, diante dos números, entendemos que o Estado pode e deve reajustar o salário de todos os servidores do Poder Executivo, incluindo ativa e aposentados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, como não há mais nenhum orador escrito, vamos neste momento...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem, Presidente. Permita-me.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Hussein. Pois não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero saudar o nosso Secretário, o Diretor-Geral e toda a direção aqui. Em nome da Liderança do Governo, dizer que é um prazer tê-lo aqui, Secretário. O senhor é um dos ícones do Paraná, um homem extremamente respeitado por todos os setores e temos certeza de que a economia do Paraná estará em boas mãos. Conte com esta Assembleia em todos os momentos. Obrigado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Líder. Todos os Deputados conhecem o Paraná na palma da mão, têm sensibilidade para coisas que são relevantes! Só queria realçar aqui, Líder, este movimento que estamos fazendo. Não descuidar de nenhum serviço, mas para de fato fazermos investimentos que ajudem a nossa economia a ter menos defeitos. E só assim passando ao largo, vamos pensar em investimento no Porto; na Ponte de Guaratuba; na 280, que vai chegar em Pato Branco; na 170, que começa em

Guarapuava a Palmeirinha, Turvo, Pitanga e vai chegar lá no Rio Muquillão; o novo Contorno de Curitiba, a continuação aqui dos Minérios, que tem que chegar a Itaperuçu, que vai receber um mega investimento; e tantas outras obras nessa direção; o “y” que sai lá de de Pitanga até Furnas, até o Porto Ubá, que vai chegar lá em Mauá da Serra. São todas obras relevantes que precisamos fazer para tornarmos a nossa economia mais competitiva. Então, assim, olhamos tudo, respeitamos tudo. Agradeço a sua condução em nome do Governo aqui, a liderança, com competência, e estamos sempre à disposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, há tempo ainda? Poderia fazer uma pergunta? Fiquei com uma dúvida, muito rapidamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputada. Pode fazer a pergunta.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Quero agradecer a V.Ex.^a, agradecer ao Secretário Norberto e a toda a Secretaria, a todas as pessoas que compõem a Secretaria, os servidores que estão aqui. Rapidamente, se o Secretário puder me responder. Fiquei um pouco preocupada. Na prestação de contas vi que teve um corte dos gastos, ou seja, do repasse para o transporte escolar de 62% e nesse corte de repasse do transporte escolar, do pagamento do transporte escolar, sabemos que isso tem um impacto grande nos municípios. Se o Secretário pudesse me responder se tem um pouco essa preocupação de que isso, com certeza, tenha esse impacto maior lá nos municípios, porque é um corte de 62% no pagamento do transporte escolar.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Deputada Luciana, estudei esse assunto, mas não tenho do transporte escolar. Sinceramente, assim, não me chama atenção que estejamos vulneráveis, a não ser que haja muita reclamação, mas formalizo à senhora, através da Presidência, a lógica desse valor, por que ele abaixou aqui na comparação com oito meses, porque não tenho esta resposta de pronto aqui. Não tem nenhum problema em explicar e mostrar ou até mesmo conversar com o Secretário Roni e ver se estamos tendo ou se algum Deputado

está com alguma informação, Sr. Presidente da Comissão de Educação, que não temos nenhuma dificuldade em sentar e ajustar. É o que mais temos feito lá, aliás! Temos feito todo santo dia, chamando os órgãos, cada unidade orçamentária para ajustar, ajustar, ajustar aquilo que eles precisam. E estamos liberando na frente, Deputada Rafagnin, dando condições de cada órgão planejar melhor o seu gasto efetivo. Tanto é assim que estamos chegando junto lá: “*Vai gastar?*” “*Não*”. “*Então me devolve*”. Ou: “*Vou gastar*”. “*Quer mais?*” Estamos neste nível de conversa muito franca e aberta com cada unidade. Sinceramente, não sei dizer agora de alguma reclamação neste momento, mas formalizo através do Presidente ou para senhora essa resposta quanto a essa redução percentual da nossa despesa com o transporte escolar.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Tranquilo, Secretário. Agradeço. É que olhando na prestação percebemos um corte de 62% e sabemos que isso tem um impacto nos municípios, então por isso a preocupação. Agradeço e fico no aguardo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ortigara, apenas para fazer uma consideração neste tema. Acho que a maioria dos Deputados que tratam com os Prefeitos, temos um grave problema. Acho que precisaria fazer uma análise mais profunda de municípios que têm uma extensão territorial monstruosa em relação aos pequenos municípios, e os percentuais, os valores praticamente são os mesmos. Então, V.Ex.^a poderia fazer uma análise nisso, porque os Prefeitos têm reclamado muito, a conta fica para o município.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Secretário Traiano! O senhor me chamou de Deputado, vou chamar o senhor de Secretário!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quem sabe um dia! Você já esteja a caminho...

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Não, não. Brincadeiras à parte! Apenas para descontrair. Mas o assunto é sério e será tratado seriamente.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, apenas para colaborar com a fala de V.Ex.^a. Secretário Ortigara, os municípios que têm extensão territorial

rural muito grande, cito aqui o município de Reserva e outros, essa reclamação que o Deputado Traiano coloca é muito forte. Então, assim, vale a pena um estudo para evitar injustiças.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Tamarana, Reserva, Lapa e tantos outros grandes.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Isso. E parabéns pela apresentação muito clara, objetiva e satisfatória.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, **encerro a presente Audiência Pública** e já convoco os Sr.^s Deputados para segunda-feira, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 919/2023, 500/2024 e 517/2024; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 204/2023, 227/2024, 348/2024, 413/2024, 447/2024, 502/2024, 513/2024, 518/2024 e 526/2024 e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 8/2024 e 9/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h41, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)